



O Legado de junho de 2013: a percepção dos movimentos sociais urbanos em Natal/RN

Autores:

Raquel Maria da Costa Silveira - Universidade Federal do Rio Grande do No -
raquelmcsilveira@hotmail.com

Lindijane de Souza Bento Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do No -
almeida.lindijane@gmail.com

João Victor Moura Lima - Universidade Federal do Rio Grande do No - joaovictormlima@gmail.com

Ana Vitória Araújo Fernandes - Universidade Federal do Rio Grande do No - avitoriaaf@gmail.com

Resumo:

As manifestações de junho de 2013 foram interpretadas sob diversas óticas. Nesse sentido, áreas distintas do conhecimento, sobretudo as ciências sociais e os estudos urbanos, têm se dedicado nos últimos cinco anos a investigar e tentar compreender, amiúde, as narrativas sobre as Jornadas de Junho de 2013. Assim, o presente artigo objetiva compreender os reflexos dos protestos de junho de 2013, no que tange à gestão democrática da cidade. Para tanto, foram realizadas análises de estatísticas textuais, especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC); Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise de Similitude através do software IRAMUTEC com representantes de 4 movimentos sociais urbanos de Natal/RN identificados como mais atuantes em pesquisas anteriores. São eles: (1) Comitê Popular da Copa, (2) Levante Popular da Juventude (LJP), (3) Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC) e (4) Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Logo, pode-se ressaltar que os representantes dos movimentos sociais abordados na pesquisa compreendem que a insatisfação da população foi um fator que corroborou para o grande número de manifestantes nos eventos de Junho de 2013, bem como a importância dos espaços institucionais de participação e suas limitações no que diz respeito a efetividade e, por fim, a polaridade político-partidária, expressa em todos os setores da sociedade, foi apresentada como uma dificuldade no processo de diálogo nos espaços institucionais de participação.

O LEGADO DE JUNHO DE 2013:

A percepção dos movimentos sociais urbanos em Natal/RN

INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 foram interpretadas sob diversas óticas. Nesse sentido, áreas distintas do conhecimento, sobretudo as ciências sociais e os estudos urbanos, têm se dedicado nos últimos cinco anos a investigar e tentar compreender, amiúde, as narrativas sobre as Jornadas de Junho de 2013¹.

Ao longo dos anos, as pesquisas (GOHN, 2010; PINTO, 2012) chamam atenção para mudanças no perfil dos movimentos sociais, em grande medida relacionadas às transformações ocorridas no bojo do processo de redemocratização brasileiro. Além disso, indicam transformações no relacionamento com o Estado e na forma como a atuação dos movimentos influencia no desenho e na implementação das políticas públicas.

No Brasil, em 2013, um conjunto de manifestações tomou conta das ruas e avenidas do país. Esse contexto se potencializou nos meses que antecederam a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas de 2016. Segundo Gohn (2017, p. 26), “em junho de 2013, as manifestações foram de protesto com repertório completamente diferente de demandas e denúncias dos movimentos clássicos (...) ou dos (...) emancipatórios, de luta por direitos e contra regimes ditatoriais”. A partir de 2014, por sua vez, o processo de impeachment no Brasil gerou clamor em prol da democracia. Nesse contexto, o período gerou debates diversos acerca das demandas historicamente reprimidas na área social (SOUTO MAIOR, 2013) e do perfil dos grupos que se fizeram presentes na cena pública.

Dentre as diversas perspectivas existentes, pode ser citada a abordagem dos estudos urbanos (VAINER, 2013), para a qual as manifestações configuraram o movimento das cidades indo às ruas, com vistas a expressar sua inconformidade com os problemas urbanos.

Diante desse debate, o presente artigo discutirá a percepção dos principais movimentos sociais urbanos de Natal sobre as jornadas de junho de 2013 e os desdobramentos das manifestações referidas na relação entre Estado e sociedade. Objetiva-se compreender os reflexos dos protestos de junho de 2013, no que tange à gestão democrática da cidade. Para tanto, busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: qual é a percepção dos movimentos sociais sobre os acontecimentos de junho de 2013 e os seus desdobramentos no que tange à gestão democrática da cidade?

¹ Tal afirmação pode ser comprovada ao observa-se a permanência da discussão desse assunto na programação (Palestras, Sessões temáticas, Mesas Redondas e etc.) dos dois maiores eventos dessas duas áreas do conhecimento: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS (Edições 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018) e do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR (Edições: 2015 e 2017).

Trata-se de uma proposta que se constitui como uma continuidade de pesquisa desenvolvida nos últimos 5 anos acerca da temática da participação social no contexto da política urbana. Em um primeiro momento, a pesquisa identificou os principais movimentos sociais presentes e atuantes nas ruas da capital do RN durante as jornadas de junho em Natal/RN. Tal identificação se deu por meio da análise de 65 reportagens em jornal de grande circulação da capital potiguar, no período de 2013 a 2016.

Em um segundo momento da pesquisa, foram analisados o perfil de mobilização, trajetória e matriz ideológica dos movimentos sociais identificados anteriormente e, por fim, buscou-se compreender a atuação dos movimentos supramencionados em espaços institucionalizados de participação social. Considerando essa trajetória de pesquisa, vislumbrou-se a necessidade de, após 5 anos, compreender o legado das Jornadas de Junho de 2013 para os movimentos que atuaram diretamente na cena urbana sendo protagonistas nas suas respectivas áreas de atuação.

Para o desenvolvimento do presente estudo, além das pesquisas bibliográfica e documental, foi realizada pesquisa qualitativa com o levantamento de dados primários, por meio da aplicação de entrevistas de ordem semiestruturada. As entrevistas foram realizadas com representantes dos 4 movimentos sociais identificados como mais atuantes em nossas pesquisas anteriores. São eles: (1) Comitê Popular da Copa, (2) Levante Popular da Juventude (LJP), (3) Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC) e (4) Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

Em seguida, para análise das entrevistas, utilizou-se o *software* IRAMUTEQ. O IRAMUTEQ – *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* consiste num *software* gratuito que se utiliza de dados estatísticos para operacionalizar análises com base nos *corpus textuais*. O IRAMUTEQ está ancorado no *software* R e na linguagem *python* e torna possível a organização da distribuição do vocabulário de forma “[...] facilmente compreensível e visualmente clara com representações gráficas pautadas nas análises lexicográficas” (CAMARGO; JUSTO, 2016, p. 4 *apud* MAFRA, 2018). Para a presente pesquisa, foram realizadas análises de estatísticas textuais, especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC); Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise de Similitude.

A Classificação Hierárquica Descendente possibilitou a classificação dos segmentos de texto em razão de seus respectivos vocábulos, bem como seus conjuntos, repartindo-os de acordo com a frequência das palavras já "lematizadas". A Análise Fatorial de Correspondência, por sua vez foi utilizada com vistas a representar num plano cartesiano as palavras e variáveis associadas a cada uma das classes geradas a partir da CHD. Por fim, a Análise de similitude proporcionou a identificação de co-ocorrências entre as palavras, mostrando as conexões e frequência de cada uma a partir de variáveis ilustrativas (MARCHAND; RATINAUD, 2012 *apud* MAFRA, 2018).

Em face do exposto, o presente texto encontra-se dividido em duas seções, para além desta introdução e das considerações finais. A primeira dedica-se ao debate teórico acerca dos conceitos de democracia e participação social, aprofundando nas questões referentes aos movimentos sociais e protestos na realidade brasileira, com ênfase nas jornadas de junho de 2013. Na terceira, são expostos os dados coletados a partir das entrevistas, bem como os resultados encontrados.

DILEMAS DEMOCRÁTICOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

Para que se tenha uma condição mínima de democracia, faz-se necessária a presença (ou cumprimento) de três pressupostos básicos. O primeiro pressupõe que se compreenda a democracia enquanto conjunto de normas e regras, tendo como função última a delimitação daqueles indivíduos que teriam o direito decidir, seja em pautas individuais ou coletivas. O segundo pressuposto basilar democrático é o direito ao voto, ressaltando-se a necessidade de esclarecer, de antemão, a quem será atribuído tal direito. O terceiro pressuposto, por sua vez, consiste no asseguramento dos direitos e garantias individuais, a saber: liberdade de expressão, opinião, de livre associação e de reunião (BOBBIO, 1984).

De acordo com os pressupostos supramencionados, compreende-se que o Brasil começa a se estabelecer, de fato, enquanto um país democrático a partir da Constituição Federal de 1988, fruto de manifestações e protestos que refletiram a insatisfação popular com o governo ditatorial militar.

Corroborando com Held (1987), no sentido de que não há um modelo ideal de democracia, compreende-se, também, que os modelos já existentes de democracia representativa podem, e precisam, passar por um processo de aprimoramento. Isto porque, em sua formatação clássica, a democracia representativa restringe a participação dos cidadãos ao exercício do voto, em contraposição ao modelo democrático participativo, onde a participação se dá de forma mais intensa, com os cidadãos tornando-se parte integrante da gestão, aumentando o senso de eficácia política e reduzindo o senso de distanciamento do poder, além de fomentar a preocupação com problemas coletivos (PATEMAN, 1992).

Não obstante, afirma-se, ainda, que a existência de instituições representativas não é suficiente para o exercício participativo na democracia, sendo fulcral a participação ou “treinamento social” em outras instâncias, partindo da compreensão de que é participando que se aprende a participar (PATEMAN, 1992).

No Brasil, a promulgação da Constituição cidadã, bem como a instituição do Estado democrático de direito foram, dentre outros fatores, responsáveis pela:

[...] emergência de novos padrões de governo baseados na governança democrática, centrada em três características fundamentais: maior responsabilidade dos governos municipais em relação às políticas sociais e às demandas dos seus cidadãos; o reconhecimento de direitos sociais a todos os cidadãos; a abertura de canais para a ampla participação cívica da sociedade. (DOS SANTOS JÚNIOR, 2002. p. 89).

No tocante à terceira característica acima referida por Dos Santos Júnior (2002) (a abertura de canais para a ampla participação cívica), compreende-se que a criação, bem como a abertura de canais para a participação da sociedade civil se deu, de maneira mais efetiva, a partir da criação de instituições participativas (espaços institucionalizados de participação social), como o Orçamento Participativo (OP) e os Conselhos Gestores de Políticas Públicas (AVRITZER, 2008).

Contudo, com o passar dos anos, a simples existência destes espaços foi se mostrando insuficiente e, por vezes, distorcida. Tais espaços, apesar de existirem pós Constituição, não foram valorizados para se ter a partir deles uma iniciativa de luta pela consolidação da democracia. A sociedade não usou das instituições participativas para reivindicar contra a corrupção, em favor da fiscalização dos recursos e do exercício da accountability, o que culminou em manifestações que exigiam uma participação ainda mais direta na arena decisória.

Nesse contexto, as manifestações ocorridas em Junho de 2013 no Brasil se configuraram como um marco. Esse movimento agregou características que o diferenciavam das demais manifestações ocorridas anteriormente no país. Um dos fatores que diferenciou essas manifestações foi o uso das redes sociais como ferramenta de articulação dos protestos. Outro fator que os distingue das demais manifestações sociais brasileiras foi a aglutinação de um "espectro que vai da extrema esquerda à extrema direita" (TATAGIBA, 2017, p.75). Ressalta-se que a utilização do termo "espectro da extrema esquerda e à extrema direita" empregado pela autora se deu pelo confronto dos dados que faziam referência à preferência política e/ou partidária dos manifestantes, os quais não se consideravam pertencentes a nenhum partido político.

As jornadas, manifestações ou protestos de junho de 2013 representam, ainda hoje, um fenômeno cujas narrativas permanecem em aberto no Brasil, sendo interpretado, recorrentemente, de acordo com o ponto de vista dos grupos sociais participantes ou não dos eventos.

Dentre as diversas lentes utilizadas para analisar as jornadas de junho, ressalta-se a ótica dos estudos urbanos, que compreendem as manifestações enquanto um grupo de indivíduos indo às ruas com vistas a reivindicar pautas referentes à cidade. Nesse sentido, os protestos aparecem enquanto forma de dar vazão à inconformidade com a precariedade e o custo do transporte público, a ineficiência dos serviços básicos, os investimentos maciços em equipamentos esportivos e projetos urbanos, as remoções forçadas de populações residentes em favelas em nome da realização dos Megaeventos Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 e, logo após, os Jogos Olímpicos Rio 2016 (VAINER, 2014).

No tocante à Política Urbana, vale destacar que, na medida em que se avançou no campo macroeconômico, do final dos anos 2000, e de capacidade de investimentos em infraestrutura urbana no Brasil, foram deixados de lado os pressupostos que o próprio Ministério das Cidades, órgão criado no primeiro Governo Lula para orientar a Política Urbana, estabeleceu nos seus marcos regulatórios (BONDUKI, 2017). Surgiu, assim, um descompasso intergovernamental e multiescalar que fez com que esse ciclo de investimentos deixasse de ser inovador no processo de decisão e de gestão e reproduzisse formas antigas de contratação de empresas privadas ou adotasse mecanismos contemporâneos de parceria público-privados.

Sob esta ótica, compreende-se que da desarticulação e constatação da ineficiência em várias áreas do governo federal, a exemplo da política urbana, nasceram as jornadas de junho de 2013, capitaneadas pela atuação em rede do Movimento Passe Livre, e marcadas pela ocupação da rua como único local onde a democracia poderia ser exercida plenamente (AVRITZER, 2016). Sobre essa nova atuação em rede dos movimentos sociais, Castells (2013, p. 177) aponta que:

esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimento democrático - de movimentos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana.

Todavia, os eventos de junho de 2013 podem ser compreendidos enquanto manifestações caracterizadas por agregar indivíduos e grupos sociais diversos, com amplo espectro ideológico. Possuindo, não obstante, características outras, como a indignação difusa, a amplitude dos discursos, a heterogeneidade das demandas e a ausência de mediação por parte de atores tradicionais, como os Partidos Políticos (BRINGEL; PLEYERS, 2015).

Nesse sentido, Bringel e Pleyers (2015, p. 6) apontam que a “diferenciação dos ritmos, composições e olhares dos protestos nos vários lugares onde ocorreram nos leva à importância de situar as mobilizações em diferentes coordenadas espaço-temporais”. Agregam, desse modo, mais uma característica às manifestações: a multiescalaridade espacial dos acontecimentos. Os eventos de junho de 2013, diferentemente, de outros dois momentos marcantes de manifestações de Rua no Brasil, no caso as manifestações pelas Diretas Já e os Cara Pintadas, seguiram uma onda de protestos globais, também conectados prática e simbolicamente com escalas locais de ação. Não obstante, ressalta-se, ainda, a capilaridade das manifestações em todo território nacional.

O fato é que os eventos de junho de 2013 representam, para parte majoritária dos seus intérpretes, um ponto de inflexão que promoveu uma “abertura societária” (BRINGEL; PLEYERS, 2015) no processo de construção democrática brasileira. E, nesse sentido, pode-se interpretar que o processo investigativo acadêmico dos eventos de junho de 2013 dá-se, primordialmente, pela sequência posterior de manifestações que ocorreram no Brasil que levaram ao Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, e, mais recentemente, à eleição de 2018 para presidência da república. Assim, pouco a pouco, após as primeiras manifestações, um esforço acadêmico empreendido principalmente pelas ciências sociais vem apresentando compreensões mais tangíveis acerca do princípio e das consequências dessas manifestações.

Compreende-se, portanto, que a gênese desse processo surge ao final do segundo governo Lula, a partir da ruptura no campo político dos indígenas e dos ambientalistas com governo federal (AVRITZER, 2016). Significou, ainda, a ruptura temporária dos movimentos sociais com o Partido dos Trabalhadores - PT que os tinha, desde o período pré-constituente, como sua base de sustentação, e também, foi quando ficaram claros os limites da participação social institucionalizada². Sobre esse processo, Tatagiba (2017) aponta, por meio de suas investigações sobre os movimentos societários de direita, que estes têm início no primeiro ano do Governo Dilma Rousseff, após o caso da limpeza ética feita pela então presidenta nos

² Para Avritzer (2016), o Brasil passou por 3 (três) grandes momentos relacionados a abertura participativa do processo decisório: 1º) período pré-constituente; 2º) *boom* participativo da década de 1990 a partir ascensão de partidos de esquerdas em governos subnacionais; e 3º) adoção de uma orientação genérica da ampliação de mecanismos de participação social a partir do ano de 2003 com os governos do PT.

ministérios do executivo federal. Isto é, Junho de 2013 surge enquanto ação coletiva também contra o sistema político brasileiro.

Porém, cabe destacar que tal onda de mobilização social não surtiu efeitos já no processo eleitoral de 2014, pois “[...] apesar das críticas formuladas ao PT em particular e aos partidos políticos em geral, as eleições presidenciais de 2014 mobilizaram massivamente os brasileiros, inclusive para defendê-los, em alguns casos, como ‘mal menor’” (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p.75,). Mesmo assim a vitória apertada de Dilma Rousseff gerou um clima de instabilidade que, por sua vez, analistas políticos associam a perda de votos do PT às manifestações de 2013.

Por outro lado, as consequências dos eventos de junho de 2013 podem ser vistas por diversos outros ângulos, sendo um deles a percepção sobre o ativismo social. Nesse sentido, Bringel e Pleyers (2015, p. 11,) afirmam que entender os eventos de 2013 requer associar sempre os movimentos sociais a movimentos societários. É interessante, portanto, analisar como as mobilizações, os atores sociais e suas práticas estão enquadrados nas constantes dinâmicas transformativas da sociedade brasileira.

Desse modo, a partir de Junho de 2013 tornou-se possível identificar nos movimentos societários dois polos radicalmente antagônicos (BRINGEL; PLEYERS, 2015). Por um lado, há um campo progressista orientado por valores como igualdade e justiça, que consiste numa:

[...] camada diversa de jovens, coletividades, plataformas e movimentos que têm militado na denúncia (e na tentativa de eliminação) das hierarquias, da opressão e dos abusos do Estado – principalmente, violência, racismo institucional e criminalização – e em reivindicações variadas, como a qualidade dos serviços públicos e por uma vida mais humana nas cidades (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 12).

Por outro lado, surgiu um campo reacionário marcado pelo autoritarismo, traços antidemocráticos de defesa dos privilégios de classe e, também, de uma visão liberal. Tal campo seria pautado por:

[...] seus discursos e na prática cotidiana, as estruturas de dominação e as formas de opressão. Aceita a alta desigualdade social existente no país com um discurso da inevitabilidade e/ou da meritocracia. Prega, em alguns casos, pelo retorno de um passado melhor (a ditadura), para o qual não teme pedir a intervenção militar. Conta, em geral, com apoio e atua em colusão com as elites econômicas e midiáticas. Costuma atuar nos bastidores da política, embora combine agora estas estratégias com uma novidade: o recurso à mobilização nas ruas e à ação direta (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 12-13).

Nesse sentido, no que tange à abertura societal dos eventos de junho de 2013, é possível afirmar que os movimentos sociais transpuseram, ideologicamente, o limiar dicotômico entre a extrema esquerda e a extrema direita (TATAGIBA, 2017). Assim, independente das variadas formas de compreensão, é crucial entender os eventos de Junho de 2013 como uma abertura societária, onde uma vez aberto o espaço de mobilizações iniciais,

foi possível que outros atores se unissem para fazer suas reivindicações, sem manter necessariamente os laços dos primeiros atos, bem como a cultura organizacional, as referências ideológicas ou os repertórios de ações.

A partir dessa inflexão o ativismo social ganhou destaque nas análises, principalmente, devido às variações ideológicas dos movimentos sociais, já que anteriormente esse tipo de organização social estava associada a um campo político progressista.

Com base no referencial, a seção seguinte analisará os reflexos dos protestos de junho de 2013, no que tange à gestão democrática da cidade a partir do ponto de vista dos movimentos sociais urbanos de Natal/RN.

JUNHO DE 2013: PERCEPÇÕES E DESDOBRAMENTOS EM NATAL/RN

Nesta seção serão expostos os resultados obtidos a partir da coleta de dados em Natal, buscando, sobretudo, gerar reflexões acerca da forma como os representantes dos movimentos sociais urbanos de Natal/RN compreendem as jornadas de junho de 2013 e os seus desdobramentos para o cenário político e a gestão democrática da cidade.

Com vistas a dinamizar a discussão dos dados coletados, bem como sua apresentação, o presente item iniciará a análise do discurso dos entrevistados a partir das representações gráficas geradas pelo *software* IRAMUTEQ e por trechos dos seus depoimentos.

Para o presente estudo, foram realizadas análises de similitude, nuvem de palavras, análise fatorial por correspondência – AFC, análise de especificidades e classificação hierárquica descendente – CHD, bem como análises lexicográficas básicas, aplicadas visando a operacionalização dos dados das entrevistas realizadas. A priori, foi necessário realizar uma adaptação das entrevistas transcritas, com vistas a atender às especificações do *software*. O *corpus* gerado foi organizado em dois *subcorpus*, referentes às respostas de cada uma das quatro lideranças e às respostas de cada pergunta.

O *corpus* foi codificado e categorizado, sendo incluídas linhas de comando que dividiram os textos em temáticas, sendo, posteriormente, processados. Tal processamento resultou na criação de informações estatísticas, responsáveis por dar suporte ao tratamento dos dados. O *corpus* criado a partir das entrevistas possibilitou a estatística textual oferecida pelo IRAMUTEQ.

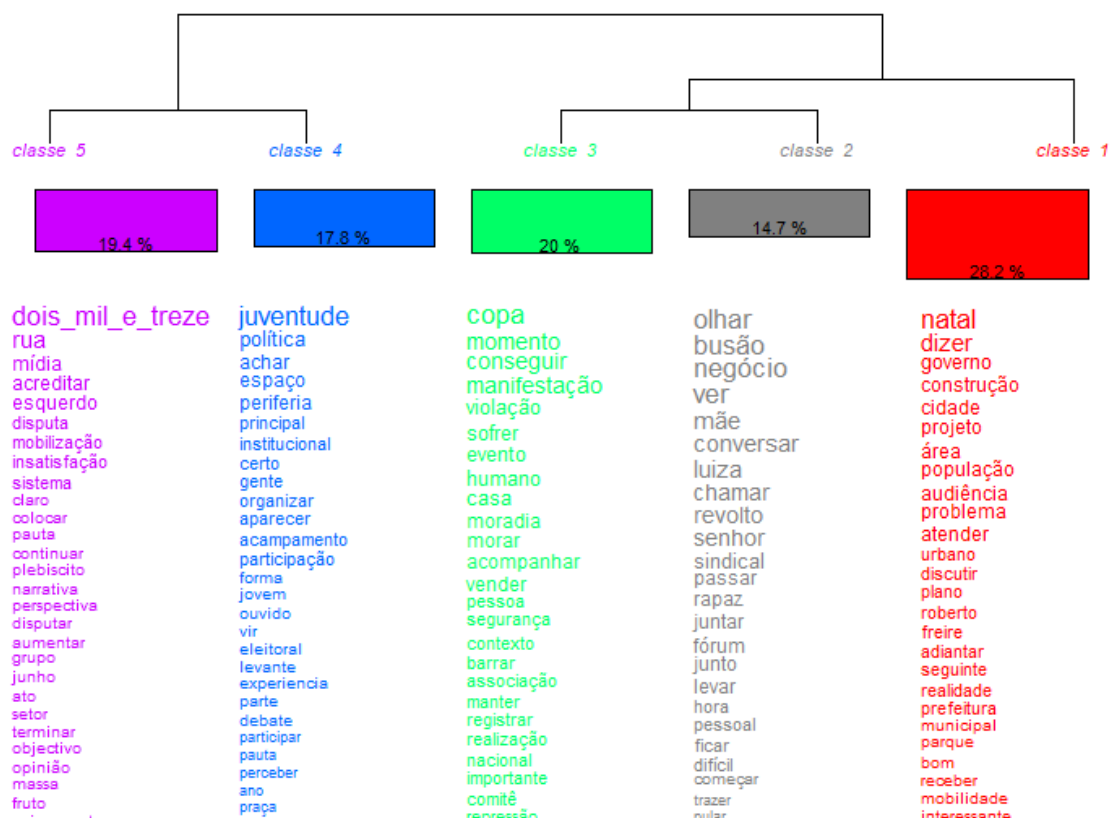
O texto referente às respostas foi separado em 385 segmentos de texto (ST), isto é, o *software* dividiu o conteúdo em 385 segmentos para a realização dos processos de análise, com aproveitamento de 355 STs, o que corresponde a 92,21% de retenção. O percentual de retenção obtido significa que o *corpus* foi bastante representativo, considerando que o aproveitamento deve ser de, no mínimo, 70% dos STs. Foram contabilizadas 13.542 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1.553 palavras distintas (ou formas) e 437 palavras com uma única ocorrência.

A partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) o conteúdo processado gerou cinco classes, quais sejam: Classe 1, com 100 STs (28,17%); Classe 2, com 52 STs (14,65%); Classe 3 com 71 STs (20%), Classe 4, com 63 STs (17,75%), e Classe 5, com 69 STs (19,44%). Tais informações são representadas no dendrograma (Figura 1) gerado pelo IRAMUTEQ, o

qual é apresentado abaixo. A figura, além de apresentar os dados supramencionados, explicita como cada classe se relaciona entre si.

A disposição das classes leva em consideração os grupos de palavras formados, considerando, também, o significado daquelas com maior frequência, bem como suas inter-relações. O detalhamento das palavras e o número de STs que contém cada palavra nas classes são apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Organograma das classes com suas respectivas palavras



Fonte: *Software* IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

A partir da Classificação Hierárquica Descendente foi possível identificar as formas mais relevantes dos discursos de cada entrevistado, o que possibilitou a compreensão do que estes atores consideraram mais relevante dentro do que lhes foi perguntado. A correlação identificada entre as classes 4 e 5 sugere que, na visão das lideranças, os movimentos de junho de 2013 estão diretamente relacionados com a mobilização da juventude, à mídia e à esquerda. Não obstante, a correlação entre as classes 2 e 3 sinaliza a relevância de um megaevento como a Copa do Mundo de 2014 e a revolta do busão enquanto pautas centrais das manifestações.

Conforme apontado pela Classificação Hierárquica Descendente, em todas as classes há uma clara conotação das diferentes formas de participação. As manifestações que levaram milhões de pessoas às ruas não foram a única frente de atuação desses movimentos sociais. É necessário destacar a presença de termos como “associação”, “sindical”, “fórum”, “plano”, “audiência”, isto é, instituições participativas formais apareceram no discurso dos entrevistados. Em suas falas, os entrevistados afirmaram participar de espaços

institucionalizados, demonstrando as dificuldades encontradas em um dos meios institucionais de participação da política urbana, os Conselhos Gestores que versam a política urbana. Nesse sentido, destacaram os entrevistados 1 e 5:

“[...] Na verdade, esses conselhos que eu participo diretamente a gente tenta diminuir o prejuízo. Quer dizer, ao invés da gente avançar em alguma política, alguma coisa, a gente tenta diminuir o prejuízo do que a gente tem. Por exemplo, dentro do conselho da cidade, a questão da regulamentação das zonas de proteção ambiental.... Nesse conselho, a gente lá na época da copa conseguimos a convocação dele, mobilizando o ministério público, para a gente conseguir avançar...porque como o conselho é deliberativo, além de consultivo, é deliberativo, para nós eles eram importantes naquele momento...” (Entrevistada 1 – Representante do Comitê Popular da Copa)

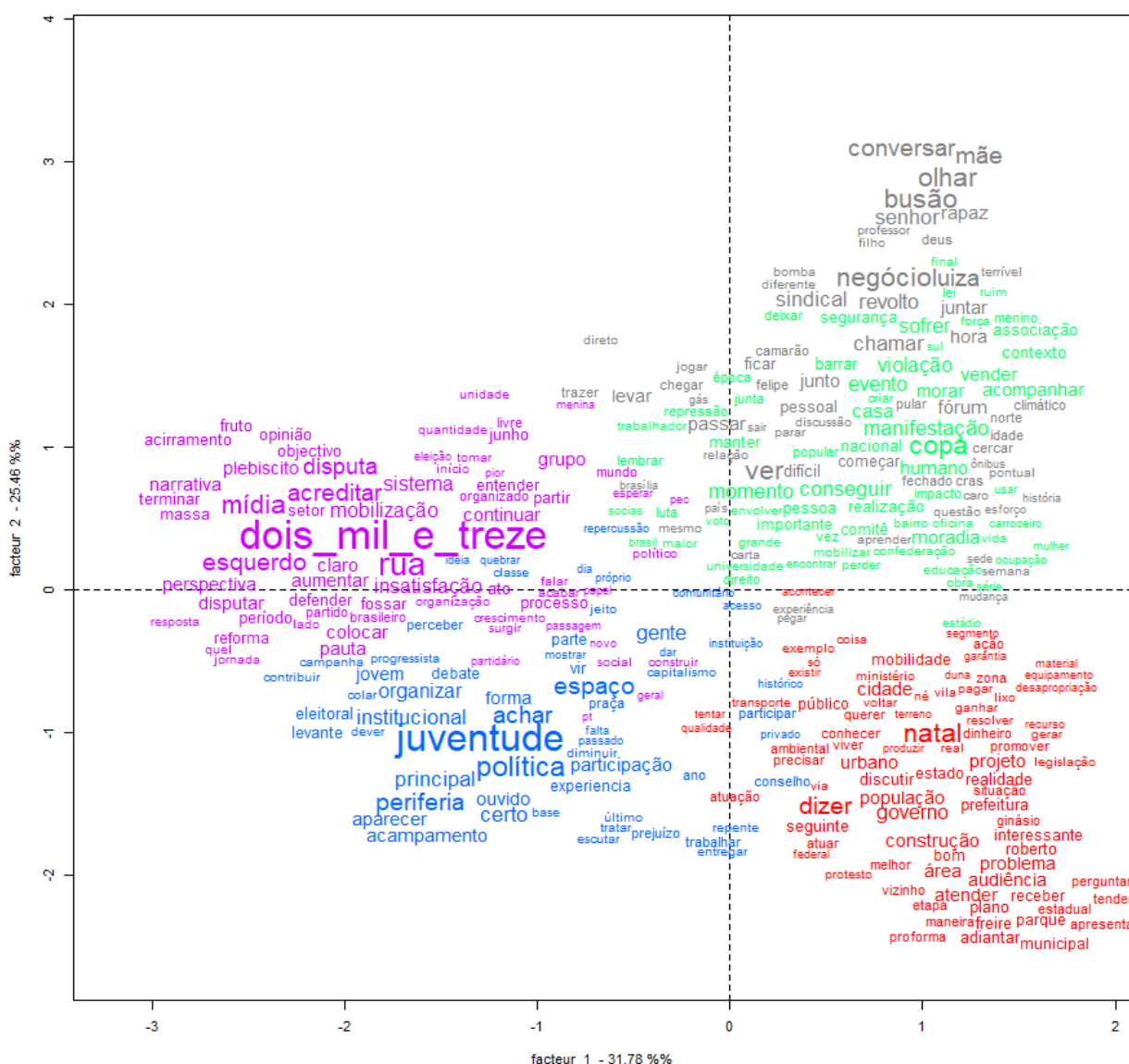
“[...] O meu movimento participa de alguns conselhos municipais, principalmente de mobilidade urbana. Adianto que os conselhos municipais de Natal são proforma, acaba sendo um voto vencido, por que eles têm a maioria dos votos.... Então, na maioria das vezes, a gente se desgastou demais para não conseguir nada, mas se mantém na luta... [não foi o caso do plano de mobilidade], a prefeitura já tinha contrato com uma empresa para construção do plano de mobilidade e a população de Natal não estava sabendo que isso estava acontecendo. (...) Então a gente foi no Ministério Público e conseguimos parar o processo (...)nossa atuação nos conselhos municipais tem sido muito marcante no que tange a discussão do direito à cidade, sempre que a gente se envolve em conselhos, como o conselho de mobilidade, é isso, para que não passe coisas a grosso modo...” (Entrevistada 5 – Representante da APAC)

Os trechos relatados indicam os impasses existentes nesses espaços institucionais de participação, contudo, ainda fortalecem a ideia de que esses movimentos sociais atuam em diferentes frentes e que a ocupação desses espaços é importante para asseverar a garantia aos direitos, sobretudo, ao direito à cidade. Para além desses desafios, o representante do MLB destacou os desafios com o Judiciário, para ele “...[a atuação] institucional, é a mais difícil, porque o Judiciário tem um lado, ele não é cego, ele tem um lado...”, reforçando a ideia da necessidade de outras formas de atuação, destacando os acampamentos, as passeatas, os “trancassos”.

Embora o representante do MLB tenha apontado essas dificuldades, as entrevistadas 1 (representante do Comitê Popular da Copa) e 5 (representante da APAC) assinalaram a importância do Ministério Público nesse processo de conquistas via instituições participativas legais. Tal cenário fortalece e vai de acordo com o que foi apresentado Avritzer (2016, p.66), no que diz respeito a ruptura do campo político em espaços institucionais de participação como um dos fatores que contribuiu para o *boom* ocorrido em 2013. Vale salientar que o Levante Popular da Juventude atualmente ocupa o espaço em um conselho estadual, mas a temática se refere ao Movimento Negro, não sendo discutida a política de juventude como um todo.

Com vistas a compreender de forma mais aprofundada as similaridades e divergências nos discursos dos entrevistados, foi realizada a identificação do tipo de relação estabelecido entre as cinco classes da CHD, de modo a correlacionar as classes identificadas a partir do *software*. Nesse sentido, a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) apresenta em plano cartesiano a associação das palavras no texto, considerando as frequências dentro das classes que integram (Figura 2).

Figura 2 – Análise Fatorial por correspondência

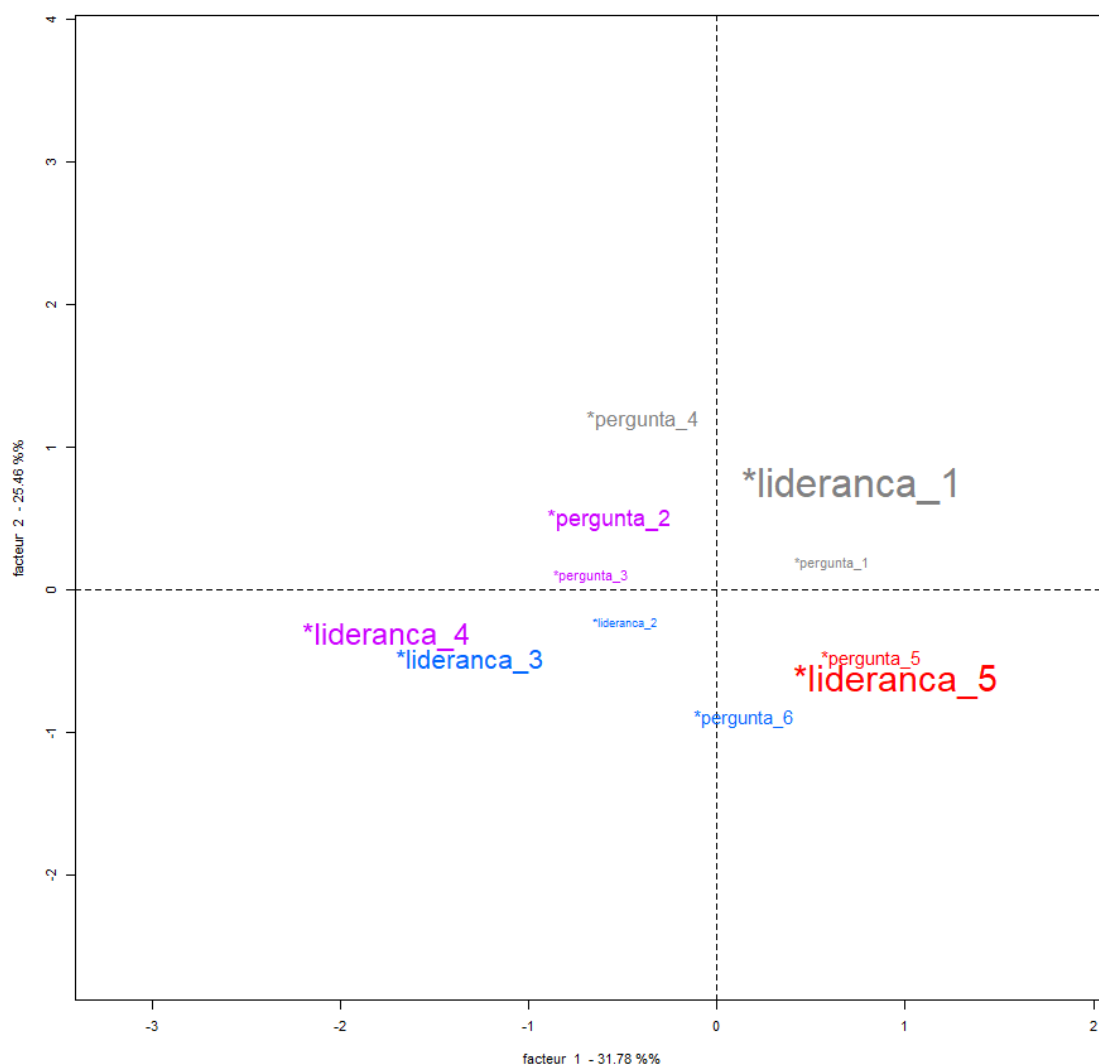


Fonte: *Software* IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

A representação gráfica da AFC evidencia a relação entre as classes, que se mostraram muito agrupadas. A presença de imbricamento entre palavras de classes distintas caracteriza que estas não se encontram muito distantes. Isto é, embora sejam perceptíveis relações mais evidentes entre as classes 2 e 3 e as 4 e 5, todas dialogam entre si, convergindo sobretudo na

área central do plano cartesiano. A partir da integração entre a Análise Fatorial por Correspondência e a Classificação Hierárquica Descendente, é possível identificar em qual quadrante e classe, dentro do plano cartesiano, estão situadas as respostas, divididas por perguntas e pelas lideranças entrevistadas.

Figura 3 – Análise Fatorial por correspondência e Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: *Software IRAMUTEQ*, dados da pesquisa (2018).

Na Figura, as lideranças 1, 2, 3, 4 e 5 correspondem, respectivamente aos representantes do Comitê Popular da Copa; do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB; do Levante Popular da Juventude e da Associação Potiguar dos Atingidos Pela Copa - APAC. O quadrante inferior esquerdo denota um alinhamento entre as percepções das lideranças ligadas ao Levante e ao MLB, enquanto àquelas ligadas à APAC e ao Comitê Popular da Copa, apesar do alinhamento lateral e temático, encontram-se em quadrantes diferentes. A figura aponta, ainda, que as lideranças 2, 3 e 4 tiveram discursos similares, fortemente relacionadas às classes 4 e 5, enquanto as lideranças 1 e 5 relacionam-se às classes 1, 2 e 3.

Tal análise se confirma se considerarmos que o Comitê Popular da Copa e a APAC, representados pelos entrevistados 1 e 5 respectivamente, surgiram em um mesmo contexto, qual seja: a formulação dos projetos de preparação da infraestrutura da cidade para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014.

Em seguida, foi possível realizar, ainda, análises de similitude agrupando as respostas dos entrevistados. Para este momento, foram selecionadas 96 palavras, levando em consideração a frequência (entre 5 a 227 ocorrências) e associação das palavras, bem como a relação entre os principais termos utilizados. Na representação gráfica das associações entre as expressões, a diferença de tamanho das palavras diz respeito à frequência da expressão na classe, enquanto as ramificações apresentadas representam as relações entre as formas. A árvore resultante da análise está representada na figura abaixo:

Figura 4 – Árvore de similitude



Fonte: *Software* IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

A partir da análise da figura, é possível verificar a forma “gente”, situada no centro da imagem corresponde à expressão “a gente”, denotando que os entrevistados se colocaram enquanto atores centrais de seus discursos. No tocante às ramificações, a análise possibilitou a identificação de relações demasiado significativas entre as formas que auxiliam na

compreensão da percepção das lideranças em relação a junho de 2013. A ramificação “mídia, rua, repressão” sugere que, na visão dos entrevistados, os protestos ocorridos nas ruas sofreram represálias, enquanto a forma “dois mil e treze”, por sua vez, encontra-se diretamente relacionada com as palavras “sociedade”, “disputar”, “organização”, “junho”, “reforma”, “envolvimento” e “participação”, sugerindo o caráter participativo e reivindicatório das mobilizações.

Não obstante, a forma “participação” relaciona-se com “mobilização”, subdividindo-se, a partir da forma “questões” nas possíveis pautas levantadas pelos movimentos sociais, quais sejam “mobilizar”, “lixo”, “ambiental”, “evento” e “moradia”. Destacam-se, ainda, enquanto ramificações fortemente presentes nos discursos àquelas relacionadas às formas “cidade” e “movimento”. A primeira apresenta relação com “problema”, “direito”, “classe”, “violação”, “urbano”, “mobilidade e “saúde”. A segunda, por sua vez, relaciona-se com “organizado”, “bairro”, “partido”, “institucional”, “social”, “fórum”, “revolta” e “busão”.

Tais representações, junto à análise textual, sugerem que as lideranças entrevistadas compreendem que as mobilizações de junho de 2013, em Natal, tiveram relação direta com as questões urbanas, sobretudo no tocante à mobilidade, seja a partir das pautas da “revolta do busão”, do passe livre ou das obras para a Copa do Mundo de 2014. Esta última, para além das questões referentes ao deslocamento na cidade, diz respeito, também, às questões ligadas à moradia. Isto porque, no período de realização das obras houve uma mobilização intensa (com destaque para o Comitê Popular da Copa e a APAC) com vistas a garantir que não houvesse, a exemplo do que ocorreu em Porto Alegre, Fortaleza e no Rio de Janeiro, desapropriações em razão da Copa. No tocante às questões voltadas à moradia, os entrevistados relataram que:

“Houve uma mobilização tão grande na época em relação a isso, que nós tivemos duas pessoas que foram para Nova York, um rapaz de fortaleza e uma menina daqui, pra um evento que teve em NY sobre questões de violação de direitos humanos. Lá era um evento da ONU e aí as pessoas foram para denunciar o que estava acontecendo aqui no Brasil com relação com a questão do direito à moradia. Então, isso está registrado. Esses dossiês de violação estão registrados então nós acompanhamos isso de perto...” (Entrevistada 1 – Representante do Comitê Popular da Copa).

“Nós achamos que a luta pela reforma urbana, para moradia, ela é muito maior que só a casa. Por que às vezes, (...) a casa também é importante, porque ela é uma referência. Você tem um endereço fixo, se tem um número de uma casa, então isso aí é importante, mas não é só isso. Quando a gente fala de uma moradia digna, a gente tem fala na casa, na saúde, na educação, na mobilidade, na cultura...Então é um contexto muito maior que só as quatro paredes. (...)” (Entrevistado 2 – representante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB).

Com base nesses relatos, é importante destacar que todos os entrevistados colocaram a pauta do direito à cidade e a moradia como centrais nas suas lutas. A entrevistada 1 (Representante do Comitê Popular da Copa) expôs a conquista de levar essa luta para um

cenário internacional, e como esse êxito resultou em um maior monitoramento dos atingidos pelas obras da Copa do Mundo, seja por meio das desapropriações dos moradores, seja por meio da interferência negativa na dinâmica dos comerciantes dessa área. Essa articulação obteve resultados diferentes das demais capitais brasileiras, nas quais o poder público realizou grandes desapropriações inferindo diretamente no direito à cidade. Nesse ponto, é bastante perceptível que a compreensão dos representantes desses movimentos sociais ultrapassa a ideia do direito à cidade reduzido à obtenção de uma casa. O entrevistado 2, nesse sentido, reforçou essa questão em sua fala, colocando a necessidade de acesso a serviços básicos como um fator primordial a conquista do direito à cidade.

Na percepção das lideranças, essas mobilizações ocorreram a partir da articulação dos movimentos sociais populares pertencentes à esquerda, mas somados ao uso das redes sociais e à insatisfação popular passaram a aglutinar outros espectros político-sociais às manifestações.

O passo seguinte foi a investigação acerca da atuação dos movimentos sociais após Junho de 2013, buscando identificar o legado das manifestações. Nesse momento, foi possível perceber que dois dos cinco entrevistados consideraram que a atuação dos movimentos sociais passou a ter outro viés, incorporando questões que dizem respeito a preferência político partidária que vão da extrema esquerda à direita. Referente a isso, Tatagiba (2017) aponta a impossibilidade de afirmar que os movimentos sociais que surgiram e/ou ganharam destaque nesse recorte temporal são “à direita”, uma vez que os manifestantes afirmaram não pertencer a partidos políticos ou não se consideram como tal. Apesar disso, corrobora-se com Tatagiba quando é exposto que esses manifestantes possuem espectro à direita.

Foi possível verificar opiniões que destacaram a atuação fragmentada dos movimentos sociais em Natal. Nesse sentido, destacou o entrevistado 2:

(...) Natal tem uma dispersão muito grande dos movimentos populares e sociais... de 2000, de 1990 para cá, vamos dizer assim, com essas lideranças no auge, acabou que a classe política mais à direita, também a esquerda, passaram a cooptar esses líderes. Mais à direita, vamos dizer assim. E isso acabou enfraquecendo, hoje cada um faz sua “pautinha”. Não tem uma unidade, é uma pauta mais geral...” (Entrevistado 2 - representante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB)

Sob essa ótica, os representantes entrevistados apontaram que a atuação dos movimentos sociais dos quais fazem parte são distintas, muito em razão da origem e dos objetivos de cada um, mas convergiram no sentido de buscarem, para além dos protestos, formas institucionais de chegar aos seus objetivos. Além disso, esses movimentos possuem formas de atuação permanente, a exemplo do Levante Popular da Juventude e da APAC.

“(...) Acho que como a gente não tem um trabalho só voltado pra escola e universidade, mas também tem muita gente nesse espaço que teve acesso à universidade e que vem da periferia, que traz as pautas, não é a gente que

diz quais são as pautas...” (Entrevistado 3 – representante do Levante Popular da Juventude)

“(...) E esse grupo, ele atua de maneira política, essa é a palavra mesmo... então essa atuação é uma atuação mais conscientizadora. Porque o protesto, eu adoro protesto, mas essas são as medidas extremas quando a gente não consegue ser ouvido de jeito nenhum, a gente parte para as medidas mais extremas e são elas que tem uma repercussão melhor...” (Entrevistada 5 – representante da Associação Potiguar dos Atingidos Pela Copa - APAC)

Nota-se de modo geral, que a luta pela política urbana, ocorre de modo mais pacificador e conscientizador, além da ocupação nos espaços institucionais. Destaca-se, ainda, que os entrevistados registraram que em casos extremos, é realizada sim, a ocupação em áreas de interesse social, mas de modo geral, a atuação conscientizadora é utilizada. É importante frisar que cada movimento social atua em um campo distinto, seja ele nas universidades, instituições participativas, em parceria com ONG’s, contudo todos partem do descontentamento em torno da temática com a qual atuam mais fortemente.

Os representantes dos movimentos sociais convergem em um aspecto: a insatisfação da população como um dos fatores causais do *boom* ocorrido em junho de 2013. Para além deste, destaca-se o papel da mídia, conforme já apontado por Avritzer (2016, p.70). Vale salientar que foi possível verificar que o Levante Popular da Juventude e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas continuaram expondo de forma clara suas pautas e isso continuou sendo fortalecido no período pós Junho de 2013. Já o Comitê Popular da Copa e a APAC apresentaram uma atuação mais intensa no momento da realização das obras para a Copa do Mundo de 2014.

Ficou claro que os representantes dos movimentos sociais natalenses compartilham do discurso dos grandes movimentos nacionais, questões como mídia, repressão, insatisfação com os espaços ocupados institucionalmente e a crise com a representação política também foi forte na capital potiguar. Apesar disso, por ter sido sede dos jogos da Copa do Mundo, esses movimentos com pautas voltadas ao direito à cidade e à política urbana como um todo reverberaram em um contexto local e conseguiram aglutinar com mais força a sociedade civil por seu impacto direto na população. Assim sendo, os representantes dos movimentos sociais compreenderam os desdobramentos de junho de 2013 da seguinte forma:

Quadro 1 - Percepção dos entrevistados acerca dos desdobramentos de Junho de 2013 na gestão democrática da cidade

| Movimento | Percepção do Entrevistado |
|-------------------------------|--|
| Comitê Popular da Copa | “[...] o que aconteceu depois foi completamente diferente. [Os movimentos] recuaram. Quem passou a levar aquilo pra frente não tem nada a ver com o que aconteceu antes...” (Entrevistado 1) |



| | |
|--|---|
| <p>Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB</p> | <p>“[...] a gente não parou, a gente continuou. Tanto que de 2013 pra cá nós fizemos duas ocupações, né? E pautando sempre a questão da cidade, a reforma urbana, da questão da moradia digna, então nós não paramos, nós continuamos. Claro que houve um enfraquecimento de mobilização que viu que estávamos perdendo o controle da pauta...” (Entrevistado 2)</p> |
| <p>Levante Popular da Juventude</p> | <p>“[...] todo mundo que estava em 2013 eram [tinham] pautas muito genéricas e pautas contraditórias...[...] não dá pra esperar a mesma mobilização porque eu acredito que teve uma diminuição das mobilizações por que as pautas ficaram mais claras, quem continuou indo para as ruas, é quem genericamente, basicamente, já ia antes de 2013...” (Entrevistado 3)</p> <p>“[...] eu acho que 2013 deixou a lição de que as pessoas têm que se mobilizar pelos seus direitos. [...] a gente pode dizer que as pautas são mais progressistas ou não, mas deixa a cultura da participação...” (Entrevistado 3)</p> <p>“...Eu acredito que antes de 2013 por mais que as organizações já existissem, muitas delas fossem firmes e tal, elas depois de 2013 começaram a tomar mesmo a sua posição dentro da cidade, dentro do país, no sentido de que por mais que as mobilizações tivessem diminuído na quantidade de pessoas, elas aumentaram na quantidade de atos...” (Entrevistado 4)</p> <p>“...a gente percebe que depois de 2013 o maior ato de rua depois desse período foi recentemente, ano passado em abril, que foi um da greve geral que equiparou o que foi junho de 2013. É isso que a gente coloca, por mais que tenha diminuído a quantidade de pessoas, ele aumentou, tiveram mais atos de rua...” (Entrevistado 4)</p> |
| <p>Comitê Popular da Copa</p> | <p>“...algumas pessoas se mantiveram na luta, mas a maior parte não se envolveu mais... as lutas se esvaziaram. Por exemplo: chegamos a ter cento e cinquenta pessoas numa reunião, hoje para ter vinte a gente precisa fazer um esforço enorme.</p> |

| | |
|--|---|
| | Além disso, de 2014 para cá vivemos um retrocesso gigantesco em todas as áreas e as pessoas estão apáticas, alheias ao que está acontecendo, como se fosse normal...” (Entrevistado 5) |
|--|---|

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas concedidas, 2018.

No que tange aos desdobramentos de junho de 2013, não houve um consenso entre os representantes dos movimentos sociais, no entanto, após cinco anos dessas manifestações, foi possível denotar que a luta desses movimentos não parou. Porém, na medida em que as pautas foram ficando mais claras, menos pessoas se agregavam a esses movimentos. Dessa forma, as ações se tornaram pontuais.

Ressalta-se ainda, que a polaridade resultante do pós Junho de 2013 ficou cada vez mais evidenciada, desde então novos protestos ocorreram, as ruas foram novamente ocupadas por milhões de pessoas com espectro político, por vezes, contrário. Outro fator que retornou com mais força foi o uso das redes sociais, instrumento cada vez mais utilizado para articular as mobilizações (o que já havia sido apontado por GOHN, 2017). Compreende-se, portanto, que após esse período, a definição clara das pautas possibilitou a compreensão do espectro político dos manifestantes e demonstrou que independente da luta, a ação social por meio de protesto foi incorporada a diferentes setores ideológicos, houve de fato a ocupação das ruas como uma expressão de exercício pleno a democracia. Contudo, no caso de Natal, não é possível afirmar a existência de uma atuação forte e perene conforme a percepção dos próprios entrevistados, estando, inclusive, reduzida a quantidade de participantes das manifestações.

Foi possível verificar, portanto, que as manifestações de Junho de 2013 não foram capazes de potencializar a atuação do movimento sociais em Natal. O seu legado foi a percepção de que a luta social pode ser utilizada como motor da mudança, recobrando-se os ideais da participação social. Em comprovação ao que se afirma, pode-se citar episódio ocorrido durante a preparação das obras para a Copa do Mundo 2014, quando o Comitê Popular e a APAC atuaram em conjunto para frear as desapropriações que seriam realizadas na cidade. Naquele contexto, conforme destacaram Almeida et al (2017), os conflitos entre o ente municipal e a população tiveram início com a constatação da possibilidade afetação direta de centenas de famílias em razão das obras de mobilidade da Copa, as quais provocariam desapropriações. Diante do contexto de desinformação, os moradores que se viam atingidos pelo projeto passaram a fortalecer um movimento em busca de garantir os seus direitos por meio de uma alteração no projeto original. Diante disso, diversas ações conjuntas foram realizadas pela APAC e pelo Comitê Popular para pressionar o poder municipal por alterações. Dentre elas, ressalta-se a importância do chamado “pacto pela efetivação dos direitos humanos na Copa 2014”. Acerca dessa estratégia, destacaram Almeida et al (2017, p. 15):

“Durante o período eleitoral de 2012, esses atores agiram estrategicamente, ou seja, aproveitaram o momento político para solicitar aos candidatos a chefe do executivo municipal que assinassem um termo de compromisso, com base no qual seriam definidas garantias relacionadas à transparência e

ao acesso à informação, à publicização do orçamento e ao equilíbrio dos benefícios relacionados ao megaevento. Além disso, o termo continha itens relacionados à atenção aos direitos trabalhistas; à defesa do Despejo ZERO na realização da Copa; ao Repúdio à “cidade de exceção”; à Participação/Consultas Públicas, assim como a outras violações de Direitos Humanos.”

Em virtude das estratégias traçadas pela APAC e pelo Comitê popular da Copa, em 2013, a gestão municipal que se iniciava concretizou o termo de compromisso assinado durante a campanha eleitoral, assegurando a Natal o título de única cidade sede da Copa do Mundo de 2014 que não passou por desapropriações. Tal exemplo representou o resultado da luta social e, ao mesmo tempo, se configurou como um caso pedagógico para os demais movimentos sociais na cidade. Por meio dele, foi possível reacender a força dos movimentos e destacar a atuação desses grupos como motor da mudança. Contudo, tal contexto não foi suficiente para manter a dinamicidade e a adesão popular às lutas sociais de cada um dos movimentos pesquisados, tendo sido marcante a afirmação de que os movimentos perderam adeptos, o que foi atribuído, pela entrevistada 5, à existência de uma apatia política generalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e da pesquisa qualitativa realizadas, foi possível chegar a algumas conclusões referentes à forma como os representantes dos movimentos sociais urbanos enxergam as jornadas de junho de 2013 e seus reflexos nos dias atuais. Em linhas gerais, pode-se ressaltar que os representantes dos movimentos sociais abordados na pesquisa compreendem que a insatisfação da população foi um fator que corroborou para o grande número de manifestantes. A partir das entrevistas concedidas, foi possível identificar como principais temas e pautas levantadas pelos movimentos sociais questões como “lixo”, “ambiental”, “evento” [termo relacionado aos Megaeventos esportivos no Brasil], “moradia”, “urbano”, “mobilidade” e “saúde”.

Em suas falas, os representantes dos movimentos se colocam como atores centrais das Jornadas de Junho de 2013 em Natal. Na visão dos entrevistados, os protestos ocorridos nas ruas sofreram represálias e foram alvo de repressão, sendo, por outro lado, marcante a presença de termos como “sociedade”, “disputar”, “organização”, “reforma”, “envolvimento” e “participação”, sugerindo o caráter participativo e reivindicatório das mobilizações.

Além disso, foi possível denotar que os espaços institucionais de participação são reconhecidos como importantes, porém possuem limitações no que tange à efetividade da participação, o que se reflete na necessidade de se realizar diferentes formas de atuação, as quais variam de acordo com a luta de cada movimento social.

No que tange aos legados de Junho de 2013 em Natal, verificou-se a continuidade da luta social, porém, com destaque para a indicação pelos próprios entrevistados, do arrefecimento das manifestações realizadas no período pós 2013.

Em linhas gerais, pode-se ressaltar que durante o discurso de todos os entrevistados foi evidenciada a polaridade político-partidária, a qual se expressou em todos os setores da

sociedade, e foi apresentada como uma dificuldade no processo de diálogo nos espaços institucionais de participação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; FERREIRA, Glenda Dantas; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; COSTA, Thaysa Taianne Belo. *A primavera de junho na cidade do sol: os movimentos sociais urbanos em Natal/RN*. In: *XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 2017, São Paulo. Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo: 2017.

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; FERREIRA, Glenda Dantas; COSTA, Thaysa Taianne Belo. *Os movimentos Sociais urbanos em Natal/Brasil: um olhar acerca da sua atuação nos espaços institucionalizados de participação social*. III Encontro Nacional de Políticas Públicas. No prelo.

AVRITZER, Leonardo. *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, no 1. 2008

_____. *Impasses da democracia no Brasil*. Editora José Olympio, 2016.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BONDUKI, Nabil. *Política urbana e a reforma no Estado: da redemocratização aos novos desafios no século XXI*. Simetria, v. 3, p. 41-52, 2017.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. *Junho de 2013... dois anos depois*. Nueva Sociedad, p. 1-17, 2015.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DOS SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves. *Democracia, desigualdades e governança local: dilemas da reforma municipal no Brasil*. Cadernos Metrôpole., n. 08, p. 87-103. 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

HELD, David. *O que democracia deveria significar hoje. Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

MAFRA, Suzana Melissa De Moura. *Gestão Social E Organização Comunitária No Programa Minha Casa, Minha Vida: O Caso Do Residencial Ruy Pereira Dos Santos (São Gonçalo Do Amarante/RN, 2017)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasil. 2018

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Paz e Terra, 1992.

TATAGIBA, LUCIANA. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). *Revista Sinais Sociais*, v. 11, p. 71-98, 2017.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.